



22 DE JULHO DE 2015

Quarta-feira

- EMPRESAS TERÃO DE ESGOTAR FÉRIAS E BANCO DE HORAS PARA ADERIR AO PLANO DE EMPREGO
- VOTORANTIM SUSPENDE PRODUÇÃO DE FÁBRICA
- DETERIORAÇÃO INDUSTRIAL AVANÇA, APONTA CNI
- SINDICATOS RELUTAM EM ACEITAR O PROGRAMA
- RECEITA SIMPLIFICA ABERTURA E FECHAMENTO DE EMPRESAS
- SIDERÚRGICAS TENTAM AMENIZAR CRISE COM EXPORTAÇÕES
- SIDERÚRGICAS NA MAIOR CIDADE PRODUTORA DA CHINA ENFRENTAM NOVAS MULTAS POR POLUIÇÃO
- CSN REORGANIZA ESTRUTURA DE CONTROLE
- ECONOMISTAS REDUZEM PROJEÇÕES PARA CRESCIMENTO E INFLAÇÃO EM 2016 E VEEM SELIC A 12%
- COM ADIAMENTO DO AJUSTE, RETOMADA DE VENDAS FICA PARA 2016, DIZ ANFAVEA
- CRISE ECONÔMICA FAZ VENDAS DE VEÍCULOS CAÍREM E ESTIMULA CRESCIMENTO DO VAREJO DE AUTOPEÇAS
- ELETROS: VENDA DE LINHA BRANCA CAI 11% NO PRIMEIRO SEMESTRE
- GOVERNO VAI REDUZIR META DE SUPERÁVIT DIANTE DO IMPACTO DA DESACELERAÇÃO
- LUCRO DA WHIRPOOL CAI COM DÓLAR FORTE E VENDAS FRACAS NO BRASIL
- UNIÃO SE PREPARA PARA COLOCAR EMPRESAS PÚBLICAS NA BOLSA
- VALE SEGUE COMO MAIOR EXPORTADORA BRASILEIRA, APESAR DE QUEDA NO

PREÇO DO MINÉRIO

- FUSÃO DA DÂNICA COM A ZIPCO CRIA EMPRESA DE R\$ 600 MILHÕES
- VENDA DE AÇOS PLANOS POR DISTRIBUIDORES NO BRASIL EM JUNHO CAI 19,5%, DIZ SINDISIDER
- BANCO DOS BRICS É LANÇADO EM XANGAI E TRABALHARÁ COM AIIB
- SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO APRESENTA LINHA ESPECÍFICA PARA O MERCADO DE MINERAÇÃO
- INDÚSTRIA TEM QUEDA NA PRODUÇÃO E EMPREGO EM JUNHO
- VOLVO APOSTA EM TELEMETRIA PARA SEUS ÔNIBUS
- GOVERNO ANUNCIA HOJE A REDUÇÃO DA META DE SUPERAVIT PRIMÁRIO
- SETOR AUTOMOTIVO PASSA POR CRISE 'ABSOLUTAMENTE MOMENTÂNEA', DIZ ANFAVEA
- INTENÇÃO DE INVESTIMENTO DE EMPRESÁRIOS CAI AO MENOR PATAMAR DA SÉRIE
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE 0,6% EM JULHO ANTE JUNHO, APONTA PRÉVIA DA FGV
- PRÉVIA DA INFLAÇÃO ATINGE 9,25% EM 12 MESES, MAIOR TAXA DESDE 2003
- BRASIL NEGOCIA ACORDO COM PERU PARA LIVRE-COMÉRCIO DE CARROS
- É A HORA
- UM QUARTO DAS MICROINDÚSTRIAS ATRASA PRESTAÇÕES DE FINANCIAMENTO

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 22/07/2015 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,225 | 3,226 |
| Euro | 3,510 | 3,511 |

Fonte: BACEN

Empresas terão de esgotar férias e banco de horas para aderir ao plano de emprego

22/07/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Empresas deverão firmar acordo com os sindicatos; programa de Proteção ao Emprego prevê redução de jornada e corte de até 30% dos salários, mas trabalhador receberá complementação de 15%

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou nesta terça-feira, 21, as regras para adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE). Para garantir o benefício, em primeiro lugar as empresas precisarão firmar acordo com os sindicatos. E para que esse acordo seja realmente feito, terão também de demonstrar ao sindicato com o qual está sendo feita a negociação que foram esgotados todos os períodos de férias, inclusive as coletivas e os bancos de horas.

O PPE possibilita a redução de jornada e corte de até 30% nos salários para as empresas com dificuldades financeiras. A partir de quarta-feira, as empresas já poderão aderir ao programa.

Outro critério é a fórmula que calcula o indicador líquido de emprego, que deve ser de até 1%. O objetivo do governo é ajudar as empresas que estão contratando menos para que elas não reduzam sua capacidade produtiva.

O ILE será medido pela seguinte fórmula: admitidos nos últimos 12 meses menos os desligamentos dos últimos 12 meses vezes 100 dividido pelo estoque de empregados no 13º mês anterior à solicitação do PPE.

As empresas que não se enquadrarem nestes critérios, poderão, segundo o ministério, encaminhar informações adicionais para subsidiar a eventual definição de novos critérios de elegibilidade. Para aderir ao PPE, empresas e sindicatos também precisarão celebrar um acordo coletivo de trabalho específico.

O ministro da Pasta, Manoel Dias, afirmou que o PPE é uma aposta do governo e que “o momento está merecendo um programa deste porte”. Ainda segundo Dias, “o Brasil vive dificuldades e pode enfrentá-las com facilidade”.

Estimativas divulgadas pelo MTE mostram que o governo pretende gastar com o PPE, durante 6 meses, R\$ 112,5 milhões com um salário de R\$ 2,5 mil por trabalhador. As contas foram feitas com o benefício para 50 mil trabalhadores.

Ainda segundo os dados mostrados, as despesas com seguro desemprego para o mesmo número de trabalhadores superariam em R\$ 190,8 milhões às do PPE. O cadastro de solicitação para adesão ao PPE estará no portal Mais Emprego do MTE.

Durante sua apresentação, Dias fez questão de ressaltar que o maior objetivo do programa é a manutenção do emprego e privilegia o diálogo social. As transferências de recursos do MTE para as empresas serão feita através da Caixa Econômica Federal, obrigando as empresas que decidirem aderir ao programa a criar uma relação com o banco.

Redução de jornada. O PPE foi lançado pelo governo no início do mês com a assinatura de Medida Provisória pela presidente Dilma Rousseff. O texto permite a redução da jornada de trabalho e dos salários em até 30%, com uma complementação de 50% da perda salarial bancada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A medida impede demissões em empresas que aderirem ao PPE durante o período de vigência - que vai de 6 a 12 meses - e obriga a manutenção do vínculo por mais um terço desse tempo após o fim do programa.

A criação do PPE se dá num momento de visível deterioração do mercado de trabalho no país, com impacto direto sobre a atividade econômica. Em junho, o Brasil fechou 111.199 vagas formais de trabalho, no pior resultado para o mês desde pelo menos 1992. No semestre, a demissão líquida chegou a 345.417 trabalhadores, segundo dados com ajuste do Caged.

Entenda o Programa de Proteção ao Emprego

Como funciona o atual sistema de lay-off

- Há suspensão do contrato de trabalho por um prazo de até cinco meses, prorrogáveis
- O empregado recebe o valor do seguro-desemprego, bancado pelo FAT (mas apenas nos primeiros cinco meses)
- Empresas e trabalhadores deixam de recolher encargos trabalhistas e previdenciários e IR

Como passa a ser com o PPE

- O trabalhador continua contratado com carteira assinada, tendo a sua jornada reduzida em 30%
- O empregado recebe 85% do salário, do qual a empresa paga uma fatia de 70% e o FAT, 15%
- A empresa continua recolhendo contribuições previdenciárias (INSS) e trabalhistas (FGTS e outros encargos sobre férias e 13º salário, por exemplo)
- O trabalhador também continua a ter descontado o Imposto de Renda, se o salário for superior ao teto de isenção
- A redução da jornada e do salário precisa ser aprovada em assembleia com os sindicatos para ser implementada

Votorantim suspende produção de fábrica

22/07/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A Votorantim Cimentos alegou 'o atual contexto macroeconômico brasileiro' para justificar a decisão

A Votorantim Cimentos, empresa do Grupo Votorantim, anunciou a dispensa de funcionários e a suspensão da produção na sua fábrica de cimentos no município de Ribeirão Grande, sudoeste paulista.

Dos 128 funcionários a serem dispensados, 83 já não trabalharam ontem. Os três fornos da Cimentos Ribeirão Grande foram desligados. A fábrica, que já foi a principal empregadora da cidade, de 7.341 habitantes, ainda é a maior geradora de receita.

A Votorantim Cimentos alegou "o atual contexto macroeconômico brasileiro" para justificar as demissões. Conforme nota da empresa, a partir de agosto a unidade passa a funcionar como centro de distribuição, mantendo a expedição e a distribuição das marcas Ribeirão e Votoran para o mercado regional.

Com a produção da unidade suspensa, o cimento passa a ser fornecido por outras fábricas da empresa na região, "sem qualquer alteração nas relações comerciais".

Ainda segundo a nota, a suspensão é temporária e a empresa retomará as atividades de produção assim que as condições de mercado permitirem. "A suspensão decorre do processo de revisão de nossas operações para a melhoria constante de eficiência operacional e da competitividade da companhia", informa. A empresa fez reuniões com a prefeitura para discutir as demissões.

De acordo com o chefe de gabinete Marcelo Nunes, a uma parte do quadro será oferecida a transferência para outras unidades do grupo. Na região, a empresa tem fábricas de cimento em Votorantim e Salto de Pirapora. Segundo ele, o impacto da suspensão das atividades será significativo, já que a Votorantim é a maior geradora de impostos da cidade, que tem orçamento anual de R\$ 34 milhões.

A indústria é a única do município e foi a maior empregadora até ser ultrapassada em número de empregos pela prefeitura, com 400 servidores.

"Vamos ter de nos adequar a uma nova realidade", disse. A esperança é de que, no futuro, a fábrica volte a produzir cimento. "O grupo é dono de grandes jazidas no município e informou que vai manter as licenças em dia."

A Votorantim Cimentos possui outras 34 plantas cimenteiras no Brasil, além de estar presente em outros 13 países. Em 2014, o grupo teve receita líquida de R\$ 12,9 bilhões, com lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão, segundo informa em seu site.

Deterioração industrial avança, aponta CNI

22/07/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



A indústria brasileira terminou o primeiro semestre de 2015 com a produção em queda, menor número de empregados e com maior ociosidade em suas plantas.

De acordo com a pesquisa Sondagem Industrial, divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice de produção em junho ficou em 40,3 pontos, recuo em relação aos 41,7 pontos de maio. Pela metodologia da pesquisa, números abaixo de 50 pontos significam queda e, quanto menor o índice, maior a redução.

A utilização da capacidade instalada caiu para 65% em junho, ante 66% em maio. É o menor patamar da série, que teve início em janeiro de 2011. Em junho, a pesquisa também indicou queda no número de empregados, com o índice em 40,7 pontos, 0,7 ponto porcentual abaixo do registrado em maio.

"Em um quadro tão amplamente negativo, torna-se imperativo a tomada de medidas que possibilitem a redução dos custos da indústria e consequente aumento de sua competitividade", destaca nota da CNI.

Apesar das sucessivas quedas na produção, os estoques continuam subindo. Em junho, a alta foi de 0,9 ponto, para 52,1 ponto. Os estoques estão acima do nível desejado, com o indicador que mede o estoque efetivo planejado em 53,1 pontos. Nesse cenário, a situação financeira das empresas se deteriorou no segundo trimestre, o que a CNI atribui à baixa atividade econômica, aliada às políticas fiscal e monetária contracionistas.

O indicador de situação financeira ficou em 39,3 pontos e o do lucro operacional em 33,4 pontos- números abaixo de 50 refletem insatisfação. O indicador de facilidade de acesso ao crédito também ficou abaixo desse patamar (31,6 pontos). Os preços de matéria-prima continuam em alta no segundo trimestre (64,7 pontos), mas em ritmo menor do que no primeiro trimestre (71 pontos).

Problemas. Para os empresários consultados pela CNI, o maior problema no momento é a elevada carga tributária, reclamação de 44,8% dos entrevistados. "Esse resultado sugere que as recentes medidas do governo federal para o cumprimento do ajuste fiscal e as discussões sobre o tema teriam aumentado ainda mais a preocupação com os efeitos deletérios da tributação sobre as empresas", afirma a confederação, em nota.

Além disso, a demanda interna insuficiente é problema para 44,2% dos entrevistados. Foram destacados ainda os custos com energia (37,5%) e matéria-prima (21,1%) entre as dificuldades enfrentadas pelo setor.

FGV. Em outra pesquisa também divulgada ontem, dessa vez da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a confiança da indústria avançou 0,6% na prévia de julho ante o mês anterior. Mas o resultado está mais para uma "declaração de otimismo" vinda de alguns setores industriais do que um sinal de retomada firme. Há ainda nova piora no ambiente político, e essas incertezas podem afetar o ânimo dos empresários.

"O resultado ainda é muito discreto para ser comemorado. Ainda não houve uma virada na rota negativa da confiança", afirmou o superintendente adjunto de Ciclos Econômicos da FGV, Aloisio Campelo. Em junho, a confiança cedeu 4,9% em relação ao mês anterior, atingindo o menor nível da série histórica, iniciada em abril de 1995.

A avaliação sobre o momento atual continua ruim e caiu 2% em julho ante junho, aponta a prévia. Segundo o superintendente, as empresas ainda avaliam o momento atual como negativo, diante dos estoques elevados e da demanda fraca.

Sindicatos relutam em aceitar o programa

22/07/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Grupos não concordam com a medida ou têm dúvidas de sua eficácia

Diversos sindicatos de metalúrgicos que representam trabalhadores de empresas com potencial de aderir ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE) não concordam com a medida ou têm dúvidas de sua eficácia.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - onde a General Motors tem 780 funcionários em lay-off - descarta acordos. "O governo deveria criar uma MP proibindo demissões nas montadoras, que já receberam muitos incentivos", defende seu presidente, Antonio Ferreira Barros.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (onde está a Fiat) não vê chances de a redução de salários ser aprovada na sua base. "Os salários aqui já são muito baixos", diz João Alves

de Almeida. Na Grande Curitiba, que abriga a Volkswagen, Renault e Volvo, o sindicato só aceitará o PPE se houver compensação integral do corte nos salários. "A renda do trabalhador tem de ser mantida", diz o diretor Jamil Davila.

Aparecido Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano (que abriga outra fábrica da GM que tem mil trabalhadores em lay-off), tem dúvidas de que o PPE "vá segurar empregos, o que só ocorrerá quando houver inserção de dinheiro na economia".

Já o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, representante de empregados da Volkswagen, Ford, Mercedes-Benz, Scania e Toyota, aguarda negociações com empresas interessadas em aderir ao PPE.

"Vamos trabalhar por acordos que tenham o menor impacto possível na renda do trabalhador. É dessa forma que faremos o enfrentamento da crise econômica", diz o presidente Rafael Marques.

Receita simplifica abertura e fechamento de empresas

22/07/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Criação e baixa de CNPJ poderão ser feitas diretamente nos cartórios, sem a necessidade de atendimento no Fisco

A Receita Federal informou nesta segunda-feira, 20, que simplificou a abertura e a baixa de CNPJ e que as mudanças poderão ser concluídas pelas empresas diretamente nos cartórios. O órgão assinou convênio com o Instituto de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Brasil (IRTDP) com foco na integração cadastral e desburocratização.

Com a medida, cartórios de registro de pessoa jurídica passam a se integrar ao processo de análise e deferimentos de atos cadastrais do CNPJ por meio da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresários e Pessoas Jurídicas (Redesim). Cada cartório poderá fazer parte do convênio firmado com a Receita e o Instituto mediante termo de adesão.

Receita espera que, a partir do próximo mês, cartórios de vários Estados já prestem o serviço.

Agora, as solicitações de inscrição, alteração e baixa das empresas poderão ser analisadas e deferidas diretamente pelo cartório sem a necessidade de atendimento na Receita Federal. O CNPJ poderá ser emitido, alterado e baixado juntamente com o registro do ato no cartório, como já ocorre com atos sujeitos a registros nas Juntas Comerciais.

A Receita espera que, a partir do próximo mês, diversos cartórios de vários Estados se conectem à Redesim e prestem esse serviço. O órgão destacou também que a Redesim já está preparada para direcionar o deferimento da solicitação CNPJ para Cartórios de Registro de Pessoas Jurídicas do País sempre que um novo cartório aderir ao processo integrado de registro, alteração e baixa do CNPJ.

Siderúrgicas tentam amenizar crise com exportações

22/07/2015 – Fonte: Diário de Pernambuco

Diante de um contexto de excesso de capacidade mundial do aço e de fraca atividade da indústria no Brasil, as usinas siderúrgicas brasileiras estão projetando que os próximos anos seguirão difíceis e no curtíssimo prazo estão buscando algum alento no mercado externo.

O enfraquecimento da demanda dos principais setores consumidores do aço por aqui, como o automotivo e construção civil, fez com que o setor acendesse o sinal de alerta, na esteira de um cenário de aumento de demissões e com usinas optando em suspender a produção.

Diante desse ambiente, o Instituto Aço Brasil (IABr) revisou a sua estimativa de produção de aço bruto em 2015 para uma queda de 3,4% em relação ao ano passado, a um volume de 32,8 milhões de toneladas. A expectativa anterior apontava para um crescimento de 6,4% nos volumes produzidos.

"Estamos vivendo a maior crise de nossa história", disse o presidente executivo da entidade, Marco Polo de Mello Lopes.

O presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Benjamin Steinbruch, disse que a urgência de medidas do Brasil são para ontem, diante da situação vivida pelo País. O executivo citou, por exemplo, que o desemprego bate às portas e que o mercado interno não é neste momento alternativa para a indústria. "No Brasil temos uma tremenda urgência. Estamos muito atrasados na implementação (de medidas)", disse Steinbruch.

De forma a buscar apoio no mercado externo, Steinbruch defendeu que o governo trabalhe no sentido de promover ligeira desvalorização da moeda brasileira, no intuito de que essa medida ajude de forma mais imediata o setor produtivo.

Além disso, o executivo lembra que uma moeda mais desvalorizada também funcionaria no sentido de inibir a entrada de produtos importados no País, em função da grande agressividade que a China tem demonstrado para a colocação de seus produtos globalmente. Na sua visão, uma taxa de câmbio entre R\$ 3,30 e R\$ 3,40 poderia beneficiar os exportadores sem que exista um efeito nocivo para a inflação.

"Precisaremos de um tempo para reorganizar o mercado interno e a saída imediata seria a exportação. E não só para o setor o siderúrgico, mas para todos os setores", disse. Segundo Steinbruch, estimular as exportações seria a medida mais "fácil e rápida" a ser implementada.

"Precisamos de um esforço conjunto para que consigamos exportar mais", destacou. Os dados do IABr do primeiro semestre deste ano já mostram que as siderúrgicas já viraram a chave em relação a destino de parte de sua produção. De janeiro a junho, as exportações do setor cresceram quase 50% e relação ao observado um ano antes.

Segundo o presidente do conselho diretor do Instituto Aço Brasil (IABr) e presidente da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Mario Baptista, as margens de rentabilidade da exportação

são mais baixas do que as vendas internas, mas essa é a saída para não se fechar plantas.

No caso da Arcelor, o executivo disse que a companhia está mantendo a utilização plena de sua capacidade e que isso tem ajudado, juntamente com a taxa de câmbio e menor preço das matérias-primas, para que a companhia consiga colocar metade de sua produção de aços planos, de 7 milhões de toneladas no mercado externo.

A situação neste momento é exatamente a oposta da observada em anos anteriores, momento em que as usinas passaram a destinar uma fatia cada vez maior de suas vendas ao mercado doméstico, já que essa estratégia ajudava a conseguir melhores margens, visto que a demanda ainda vinha em ritmo de expansão, cenário que se inverteu nesse momento.

Até aqui, o IABr calcula que em doze meses 11.188 funcionários do setor já foram demitidos e outros 1.397 tiveram seus contratos suspensos (Lay off). Essa desmobilização de mão de obra, fruto da fraca atividade, está relacionada à desativação ou paralisação de 20 unidades, sendo dois alto-fornos, quatro aciarias e laminadores. Ainda de acordo com a entidade, caso o quadro atual se mantenha, a estimativa é de que outras 3.955 pessoas sejam demitidas ainda neste ano.

A Usiminas, por exemplo, decidiu desligar temporariamente altos fornos nº 1 da usina de Cubatão e de Ipatinga, reduzindo sua produção de ferro gusa em cerca de 120 mil toneladas ao mês. Os empregados administrativos do escritório da Usiminas e Usiminas Mecânica estão trabalhando com a jornada reduzida em um dia útil por semana, com redução proporcional do salário, o que, segundo a empresa, "visa a preservar ao máximo as equipes de trabalho, diante da atual crise econômica da cadeia do aço". A Gerdau, por sua vez, já anunciou lay off em uma unidade no Rio Grande do Sul.

China

Entidades representantes da indústria siderúrgica em diversas regiões do mundo estão na briga para que governos adotem medidas antidumping contra a China. A percepção é de que o gigante asiático, por ter grande parte de suas usinas companhias estatais, vende aço no mercado externo com preços subsidiados, prejudicando, dessa forma, a indústria siderúrgica em todo o mundo.

Estima-se que o excesso de capacidade de aço no mundo chega hoje a 719 milhões de toneladas, vindo, em especial, da China. Por conta disso, o IABr vem trabalhando para que medidas de defesa comercial contra a China sejam adotadas. O presidente do conselho diretor do IABr destacou que as entidades da América Latina estão unidas, "apelando" para que os governos da região atuem em prol da competição leal.

Siderúrgicas na maior cidade produtora da china enfrentam novas multas por poluição

22/07/2015 – Fonte: InfoMoney

A cidade chinesa que mais produz aço, Tangshan, irá punir empresas que não consigam se adequar a novos rígidos padrões de poluição durante os próximos três meses, segundo novas diretrizes da indústria, uma decisão que pode forçar fechamentos e ajudar a aliviar um grave excesso de capacidade.

A China está usando regras ambientais mais duras para ajudar a enfrentar o grande excesso de capacidade de aço que tem derrubado os preços e sobrecarregado muito do setor --o maior do mundo-- com dívidas enormes.

Já enfrentando dificuldades com preços em mínimas recordes e custos de conformidade ambiental, as siderúrgicas agora podem ver os preços de energia triplicarem caso não paguem pelas obras necessárias para adequarem-se aos novos padrões, estimaram analistas.

"Com a indústria agora diante de perdas severas, e com cada vez mais usinas siderúrgicas cortando a produção, os movimentos incomuns de preços em Tangshan vão elevar a confiança entre operadores em outras regiões e levar a um aumento generalizado nos preços", disseram os analistas.

Tangshan produziu cerca de 90 milhões de toneladas de aço bruto no ano passado, mais do que o total nos Estados Unidos.

CSN reorganiza estrutura de controle

22/07/2015 – Fonte: InfoMoney

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) comunicou nesta segunda-feira uma reorganização na sua estrutura de controle. Em decisão tomada em 30 de junho e informada apenas nesta segunda-feira ao mercado, a Vicunha Aços incorporou a Vicunha Siderurgia, controladora direta da CSN com 50,29% do capital social.

Com isso, a Vicunha Siderurgia foi extinta, sendo sucedida em seus direitos e obrigações pela Vicunha Aços, que passou a deter diretamente 697.719.990 ações ordinárias de emissão da CSN.

Segundo a Vicunha Aços, a incorporação teve por objetivo centralizar todas as operações da empresa, que já detinha 100% das ações de emissão da Vicunha Siderurgia. A companhia espera obter assim uma simplificação operacional e redução de custos e gastos administrativos.

"A estrutura de controle indireto e final da Companhia Siderúrgica Nacional permanece a mesma, sem alteração", conclui a Vicunha Aços.

A CSN é controlada pela família Steinbruch por meio de uma série de empresas de participação de capital fechado.

Economistas reduzem projeções para crescimento e inflação em 2016 e veem Selic a 12%

22/07/2015 – Fonte: Reuters

Economistas de instituições financeiras pioraram a perspectiva para a atividade econômica do Brasil em 2016, mas voltaram a melhorar o cenário para a inflação e passaram a ver que a taxa básica de juros no final do próximo ano será menor.

Segundo a pesquisa Focus do Banco Central publicada nesta segunda-feira, após duas semanas de estabilidade, a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 caiu a 0,33 por cento, ante 0,50 por cento. Para este ano o cenário também piorou, com perspectiva de contração de 1,70 por cento, contra queda de 1,50 por cento antes.

Em maio, a economia brasileira ficou praticamente estagnada na comparação com o mês anterior, de acordo com o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), espécie de sinalizador do PIB, que registrou variação positiva de apenas 0,03 por cento.

A pesquisa Focus mostrou também que os especialistas consultados passaram a ver IPCA menor em 2016, com alta de 5,40 por cento, ante 5,44 por cento, na terceira semana seguida de redução. Também diminuíram a estimativa para a inflação em 2017, em 0,10 ponto percentual, a 4,60 por cento.

Para o final deste ano, entretanto, a estimativa para a alta do IPCA subiu pela 14ª vez seguida, em 0,03 ponto percentual, a 9,15 por cento,

Já em relação à taxa básica de juros não houve alterações nas expectativas no curto prazo. Hoje a 13,75 por cento, espera-se que a Selic seja elevada em 0,50 ponto percentual na reunião da próxima semana do Comitê de Política Monetária (Copom), com mais uma alta de 0,25 ponto em setembro, encerrando 2015 a 14,50 por cento.

Mas para o próximo ano, os economistas consultados voltaram a ver o início da redução da Selic na reunião de março do Copom, contra abril na pesquisa anterior. E diante do cenário de menor inflação e com a economia mal conseguindo se recuperar, a expectativa para a Selic caiu a 12,00 por cento no final de 2016, contra 12,25 por cento na pesquisa anterior.

Com adiamento do ajuste, retomada de vendas fica para 2016, diz Anfavea

22/07/2015 – Fonte: O estado de S. Paulo

Com o impacto da piora da crise política sobre a conclusão do ajuste fiscal na economia brasileira, a retomada das vendas de veículos novos no Brasil deve ficar somente para o segundo trimestre de 2016, previu nesta segunda-feira (20/07), o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, durante seminário sobre perspectivas para o setor promovido pela agência de notícias Autodata. Para o segundo semestre deste ano, o executivo projetou uma "estabilidade, com viés de alta".

"No início de junho, quando fizemos revisão de nossas previsões, colocamos claramente que poderíamos ter um início de retomada no último trimestre deste ano, mas, com o adiamento dessa questão (ajuste fiscal), já podemos pensar em uma inflexão da curva no segundo trimestre do próximo ano", afirmou Moan.

Na avaliação dele, a crise política deve atrasar a aprovação das medidas do ajuste no Congresso, o que "nos leva a uma crise um pouco mais prolongada e a um volume de vendas baixíssimo por mais tempo do que imaginávamos".

Para o segundo semestre de 2015, o executivo estimou que o setor deve apresentar um desempenho estável em relação à primeira metade do ano. Ele previu que as medidas de ajuste nos estoques - até junho, equivalentes a 47 dias de vendas - devem durar até setembro. "Não vemos cenário de queda mais acentuada do que já tivemos.

Diria muito pelo contrário: podemos até ter alguns indicadores positivos, além da estabilidade com viés de alta", disse. De janeiro a junho, os emplacamentos acumulam retração de 20,7% ante igual período de 2015, enquanto a produção recua 18,5%.

Para 2015, a Anfavea prevê que serão emplacados 2,779 milhões de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus novos em todo o País, o equivalente a queda de 20,6% em relação ao ano passado.

Já para a produção, a entidade estima que serão fabricadas 2,585 milhões de unidades, retração de 17,8% ante 2014. A associação que reúne as montadoras projeta ainda que serão exportados 338 mil veículos neste ano, crescimento de pouco mais de 1% na comparação com o ano passado.

Exagero

Moan ainda avaliou que os dados ruins da indústria automotiva brasileira refletem o "estado de espírito" não só do setor, mas da economia como um todo, inclusive de áreas que, em tese, não deveriam sentir, como o agronegócio. "Qual a crise real do setor de agronegócio brasileiro? A previsão é de safra recorde", questionou. "Qual é o motivo real que está impactando o mercado? Se pensarmos e nos concentrarmos nesse setor, vamos perceber: há um exagero nesse clima de pessimismo que hoje verificamos no nosso País", criticou.

O executivo destacou que a Anfavea vem provendo ações para aumentar as vendas internas e estimular as exportações, como festivais de vendas com descontos e renovação de acordos comerciais com outros países.

De acordo com ele, essas ações visam melhorar o nível de confiança dos consumidores. "A indústria automobilística continua investindo. E continuamos investindo porque sabemos que o momento (de crise) que estamos passando se restringe a um momento", disse.

Crise econômica faz vendas de veículos caírem e estimula crescimento do varejo de autopeças

22/07/2015 – Fonte: InfoMoney

O setor automobilístico é um dos que mais está sofrendo com a crise econômica brasileira, diversas montadoras reduziram a produção das frotas e demitiram milhares de trabalhadores.

No entanto, se o momento é ruim para as fabricantes, também é ótimo para o setor de autopeças. De acordo com um levantamento realizado pela FecomercioSP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo) os gastos com consertos têm aumentado nos últimos meses.

Com a situação do mercado, os consumidores têm estado mais cautelosos na hora de trocar ou comprar um carro novo e, conseqüentemente, estão mais dispostos em investir no conserto e melhoria dos modelos que já estão sendo utilizados.

Dados da PCCV (Pesquisa Mensal do Comércio Varejista) mostram que, enquanto as vendas de carros no estado de São Paulo caíram 16,2% em abril de 2015 na comparação com o mesmo mês do ano passado, as lojas de autopeças faturaram 2,5% a mais no mesmo período.

Na capital, principal mercado consumidor do estado, as vendas de autopeças subiram quase 25% em abril, ante uma queda de 5% das vendas de veículos.

Eletros: venda de linha branca cai 11% no primeiro semestre

22/07/2015 – Fonte: InfoMoney

A venda de eletrodomésticos da linha branca caiu 11% na comparação entre o primeiro semestre de 2015 e o mesmo período do ano passado. Segundo balanço da Eletros, associação que reúne empresas do setor, foram 7,4 milhões de fogões, lavadores e refrigeradores vendidos, contra 8,3 milhões no ano passado.

De acordo com Lourival Kigula, presidente da Eletros, a crise econômica tem afetado o interesse de compra do consumidor, que está mais receoso em se endividar.

Na divisão por produtos, o segmento de fogões foi o que mais recuou de janeiro a junho, 18%. Em 2014, eles foram os únicos a apresentar crescimento no período, de 5%, por isso o impacto neste ano foi mais forte, disse Kiçula. Nem os eletroportáteis, segmento de produtos mais baratos, que até o ano passado vinha apresentando um bom desempenho passou ao largo da crise. As vendas caíram 19% em seis meses, para 20,6 milhões de unidades.

Já a venda de TVs teve queda de 39% no primeiro semestre, ficando em 4,8 milhões. O recuo do segmento já era esperado por conta da maior base de comparação no ano passado, quando as vendas cresceram por conta da Copa do Mundo de futebol.

De acordo com Kiçula, o segmento de TVs tem uma melhor expectativa de vendas para o segundo semestre do que o restante do setor, em razão das novidades tecnológicas dos produtos, que costumam animar os consumidores.

Kiçula afirmou, no entanto, que o desempenho da segunda metade do ano terá que ser muito bom para compensar o recuo do período anterior. "Geralmente, as vendas são 40% no primeiro semestre e 60% no segundo. Neste ano, a divisão terá que ser 70%/30% para garantir um bom desempenho", disse.

Para que isso aconteça, afirmou, o governo terá que dar sinais de que o pior já passou. "Espero que a bolsa de maldades tenha acabado e que haja notícias boas para ter mais expectativas positivas para o segundo semestre", disse. Na avaliação de Kiçula, da forma como está hoje, os fabricantes não conseguem se planejar. "Não dá para garantir como vai ser, só dá para ter expectativa de que será melhor"

Governo vai reduzir meta de superávit diante do impacto da desaceleração

22/07/2015 – Fonte: Reuters

O governo vai reduzir a meta de superávit primário para 2015 diante da queda na receita tributária, mas planeja anunciar novos cortes no Orçamento para mostrar compromisso com a austeridade, disseram à Reuters duas autoridades familiarizadas com a decisão. A redução da meta de superávit primário de 66,3 bilhões de reais, o equivalente a 1,1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), será anunciada nesta quarta-feira, segundo as autoridades.

O corte da meta mostra o quanto será difícil para o governo da presidente Dilma Rousseff fortalecer as finanças do país depois de anos de excessos e em meio a uma dolorosa desaceleração econômica.

Ambas as autoridades, que não quiseram ser identificadas pois o anúncio ainda não é público, não falaram em quanto a meta será cortada ou o tamanho dos cortes orçamentários.

"A redução da meta será consistente com a situação atual", afirmou uma das autoridades. "Será uma redução forte".

Muitos economistas do mercado esperam que o superávit primário feche o ano entre 0,6 por cento e 0,8 por cento do PIB, refletindo a expectativa de que a economia contraia quase 2 por cento neste ano.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, resistiu inicialmente a reduzir a meta por temer que enviaria o sinal errado aos mercados sobre o compromisso do governo com o ajuste fiscal.

Para apaziguar esses temores o governo também anunciará cortes adicionais nos gastos que podem alcançar 15 bilhões de reais, de acordo com a autoridade. Em maio, o governo prometeu cortar 70 bilhões de reais em gastos para restaurar sua credibilidade com investidores.

Levy disse na terça-feira que uma possível redução da meta não significava o fim do ajuste.

Pela maior parte da década passada o país registrou superávits primários acima de 3 por cento do PIB à medida que controles de gastos mais rígidos e a bonança das commodities enchiam os cofres públicos.

Isso mudou quando Dilma assumiu a Presidência em 2011 e concedeu bilhões de reais em isenções fiscais para empresa em uma tentativa fracassada de reanimar a economia estagnada.

Desde sua reeleição em outubro, Dilma adotou políticas mais amigáveis ao mercado e prometeu reequilibrar as contas públicas para evitar que o país perca o cobiçado grau de investimento.

No entanto, a forte queda nas arrecadações tributárias causada pela desaceleração econômica acabou com as esperanças do governo de atingir sua meta original.

Lucro da Whirpool cai com dólar forte e vendas fracas no Brasil

22/07/2015 – Fonte: Reuters

A Whirpool, maior fabricante do mundo de eletrodomésticos, divulgou nesta quarta-feira lucro líquido trimestral menor devido ao dólar valorizado e vendas fracas no Brasil.

A empresa disse que já havia iniciado processo de corte de custos e de redução da capacidade e aquisições que contribuíram para vendas mais elevadas, mas as medidas foram neutralizadas pelo câmbio desfavorável.

A Whirpool divulgou lucro líquido de 177 milhões de dólares, ou 2,21 dólares por ação, abaixo dos 179 milhões, ou 2,25 por ação, no ano passado.

Analistas esperavam ganhos de 2,62 dólares por ação.

A Whirpool latino-americana divulgou lucro líquido de 900 milhões de dólares, abaixo do 1,1 bilhão de dólares no mesmo período do ano anterior, conforme a demanda brasileira continua fraca, arrastando os lucros da empresa para baixo, disse a companhia.

As remessas da empresa na região latino-americana têm previsão de queda de 15 por cento para este ano, adicionou.

União se prepara para colocar empresas públicas na Bolsa

22/07/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Atrás de recursos, o governo federal deve agilizar até o fim do ano a venda de parte de ativos de empresas públicas como a Caixa Seguridade, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB Brasil) e Infraero. A expectativa da União é que a abertura de capital contribua com o cumprimento da meta de superávit primário de R\$ 55,3 bilhões para este ano.

No caso da Caixa Seguridade – braço formado pelas áreas de seguros, capitalização, previdência complementar, consórcio e corretagem de seguros –, o governo espera colocar à venda pelo menos 25% das ações da empresa na Bolsa de Valores, o que representaria uma arrecadação de cerca de R\$ 7,5 bilhões. A empresa é avaliada em R\$ 30 bilhões e a expectativa é que ela seja levada à Bolsa em outubro.

Roberto Piscitelli, professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB), não considera que a abertura de capital das empresas deve salvar o ajuste fiscal e equilibrar as contas.

“Devido às dificuldades atuais, fazer isso é também uma forma de fazer um agrado ao setor privado. Na época do FHC tinha essa história que era preciso vender as estatais para ter recursos para aplicar nas funções básicas do estado. Isso na verdade se mostrou uma balela”, diz.

A venda das ações do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB Brasil) –hoje controlado pela União e outros três acionistas (BB Seguridade Participações, Bradesco Auto RE Companhia de Seguros e Itaú Unibanco Holding) – não deve implicar em recursos diretos para o Tesouro, mas em novas perspectivas de negócios. O ministro Joaquim Levy já declarou que esse tipo de operação gera pagamento de tributos, que reforçam o caixa da Receita Federal.

O governo controla hoje 27,4% do IRB, enquanto a BB Seguridade Participações e a Bradesco Auto RE Companhia de Seguros contam com 20,4% dos papéis cada uma e o Itaú detém 15%. Não se sabe ainda qual o tamanho da fatia que cada um dos controladores pretende vender. A expectativa é que a operação gere cerca de R\$ 3 bilhões.

Exemplo

A última vez que o governo recorreu ao mercado foi em 2013, quando vendeu a BB Seguridade, empresa de seguros do Banco do Brasil, e conseguiu levantar R\$ 11,475 bilhões em sua oferta pública inicial de ações (IPO). Foi a maior operação do gênero no mundo naquele ano e a segunda maior da história brasileira, atrás apenas do Santander. Foram vendidas as 675 milhões de ações ordinárias (ON, com voto) oferecidas, incluindo os lotes base, adicional e suplementar.

O IRB Brasil, fundado em 1939 por Getúlio Vargas, deteve o monopólio do mercado de resseguros (seguro das seguradoras) até 2008, quando foi aprovada e sancionada a Lei Complementar 126, que abriu o mercado brasileiro. A companhia possui capital privado desde outubro do ano passado.

Reestruturação

A abertura de capital da Infraero faz parte do projeto de reestruturação que a empresa deve passar ainda este ano, depois de ter perdido 54% de sua receita após as concessões de seis aeroportos – Guarulhos, Viracopos, Brasília, Galeão, Confins e São Gonçalo do Amarante. Hoje a empresa precisa de socorro financeiro do governo para investimentos, embora custeie a si própria.

No ano passado, a presidente Dilma Rousseff declarou sua intenção em abrir o capital da Infraero para viabilizar novos investimentos no setor aéreo. “Há uma decisão nossa de abrir o capital da Infraero. A Infraero tem fases. A primeira fase é abrir o capital. Isso significa mudar a gestão da Infraero”, disse. Ainda não se sabe qual modelo o governo deve optar para a oferta inicial de ações (IPO).

Petrobras vai vender parte de distribuidora

Também há expectativa de que a Petrobras coloque à venda este ano ativos da BR Distribuidora, embora a companhia não confirme detalhes do plano de desinvestimento, que pretende arrecadar US\$ 15,1 bilhões até ano que vem, totalizando R\$ 57,7 bilhões em cinco anos.

Ainda não há definição se a Petrobras optará por abrir o capital da BR Distribuidora na Bolsa de Valores ou se optará por atrair um sócio minoritário. Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, o presidente da empresa, Aldemir Bendine, disse que a companhia poderá abrir até 25% do capital, mas que o tamanho da fatia ainda depende de estudos.

Além do braço de distribuição, a Petrobras deve negociar ativos de outras subsidiárias, como a Gaspetro, cujo o fatiamento das participações por regiões para uma oferta em conjunto já está em análise e deve ser conduzida pelo Itaú BBA.

Subsidiária integral da Gaspetro, a TAG tem em análise a venda de até 80% da participação da estatal. O modelo ainda não está definido, pois havia a preferência, entre executivos da Petrobras, de que a estatal mantivesse o controle acionário, vendendo apenas 49% da sua participação.

A mesma avaliação seria aplicada à TBG, onde a estatal tem apenas 51%. Entretanto, diante da necessidade de caixa, e com a ambiciosa meta de desinvestimentos, a venda de maiores fatias dos ativos está prevalecendo na companhia.

"Há espaço para novo corte de gastos", diz Levy

Na véspera da divulgação do relatório de avaliação de despesas e receitas do Orçamento, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou nesta terça-feira (21) que há espaço para um novo corte de gastos com "vigor e realismo".

"Com discricionariedade, sim", disse. Ele surpreendeu os jornalistas que acompanham o dia a dia do Ministério da Fazenda ao entrar no comitê de imprensa para uma conversa informal com os setoristas. No encontro, evitou as insistentes perguntas sobre a manutenção da meta fiscal em 1,1% do PIB.

Levy traçou um cenário difícil para a economia e preferiu afirmar: "estou indicando a mudança de cenário, uma mudança significativa, e temos de responder com vigor, mais realismo".

Ele fez questão de ressaltar, ao ser questionado se defendia a manutenção da meta, que nunca tinha se expressado sobre isso.

"Temos de aguardar amanhã [quarta-feira, 22], não vou me precipitar sobre um assunto que é adequadamente conduzido", afirmou.

Diante de uma pergunta sobre se uma redução da meta não daria um sinal negativo ao mercado financeiro, Levy respondeu:

"Depende do que se faz, qual é a estratégia. A situação fácil não é. Alguém está achando fácil? A gente diz que é fácil?", afirmou. Ele disse que o governo vai conduzir esclarecimentos sobre o quadro fiscal de forma bem transparente e mostrar o porque das receitas terem caído.

Levy afirmou que o governo está trabalhando para aumentar as receitas e que vai considerar, no relatório, a abertura de capital do Instituto de Resseguros do Brasil e da Caixa Seguridade.

Vale segue como maior exportadora brasileira, apesar de queda no preço do minério

22/07/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A Vale segue como a maior exportadora brasileira, de acordo com dados do primeiro semestre do ano divulgados nesta terça-feira (21) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Com a pressão negativa do preço do minério de ferro, que bateu valores mínimos em anos, as exportações da companhia caíram pela metade no período analisado, indo para US\$ 5,697 bilhões, ante um valor de US\$ 11,256 bilhões observado um ano antes.

Com essa forte retração, a diferença de valores exportados entre a Vale e Petrobras, a segunda no ranking, caiu. A petrolífera, que no passado já se posicionou como primeira colocada até perder a colocação para a Vale, exportou US\$ 4,716 bilhões de janeiro a junho, recuo de cerca de 21%, na mesma comparação.

Considerando apenas o mês de junho as exportações da Vale atingiram R\$ 945,161 milhões, caindo 48,7% na comparação anual.

A derrocada do preço do minério de ferro segue em curso desde o ano passado, atingindo níveis mais baixos em cerca de dez anos. Hoje o preço do insumo no mercado à vista chinês está em US\$ 52,1 a tonelada, sendo que no mesmo dia do ano passado estava em US\$ 96 a tonelada. Já no início de 2014, o minério de ferro estava cotado em US\$ 135 a tonelada.

Por conta do cenário dos preços, a Vale anunciou na semana passada que iria retirar uma capacidade de 25 milhões de toneladas do mercado, referente a uma matéria-prima de pior qualidade. Apesar disso a companhia reafirmou que para este ano sua meta de produção de 340 milhões de toneladas está mantida. A mineradora planeja chegar em 2018 com uma capacidade de produção de 450 milhões de toneladas.

Ranking

Depois de Vale e Petrobras estão no ranking de maiores exportadoras a Bunge, Cargill, ADM do Brasil, JBS, Embraer e BRF. No primeiro semestre, as exportações brasileiras somaram US\$ 94,329 bilhões, recuo de 14,66%. Em junho, as exportações brasileiras chegaram em US\$ 19,628 bilhões, queda de 4,1%.

Fusão da Dânica com a Zipco cria empresa de R\$ 600 milhões

22/07/2015 – Fonte: CIMM

A Dânica e a Zipco assinaram nesta segunda-feira (20) acordo para a fusão de suas operações. A nova empresa, chamada DânicaZipco, nasce com um faturamento de R\$ 600 milhões, sem dívida bancária e como a segunda maior do segmento de sistemas construtivos metálicos.

A companhia tem uma vantagem competitiva em relação aos demais players do mercado: é a única a ter uma oferta conjunta de estruturas metálicas e painéis termoisolantes industrializados.

O negócio foi concretizado pelo Pátria Investimentos, que já era sócio da Zipco desde 2011 e agora investiu na Dânica. Os empreendedores dessas empresas seguem com participações dentro da nova organização.

Steffen Nevermann, então diretor-geral da Dânica, será o diretor presidente da nova companhia. O diretor financeiro será Luciano Corrêa da Fonseca, diretor do Pátria e CFO da Zipco. Luiz Priori, fundador da Zipco, será o diretor de operações da nova empresa. A família Nevermann deterá 43.5% da empresa formada a partir da fusão e Pátria e Luiz Priori terão 56.5%.

“Dânica e Zipco têm ofertas complementares e poderão capturar uma série de sinergias comerciais que vão impulsionar o negócio. O cross selling representa uma grande oportunidade. Vamos integrar a oferta de painéis termoisolantes e estruturas metálicas, com o cliente passando a negociar com um único fornecedor”, explica Nevermann.

“Levaremos ao mercado um portfólio completo a um setor que ainda é carente de inovação, com resultados práticos como a redução no número de etapas nos processos construtivos e tempo gasto para a conclusão de uma obra”, afirma Priori.

A força de vendas da DânicaZipco é outro ponto importante de sinergia. Os times irão se complementar, ampliando o poder de alcance do portfólio conjunto de soluções construtivas industrializadas da DânicaZipco.

A Dânica projeta e produz painéis termoisolantes em substituição a materiais convencionais usados em fechamentos laterais, divisórias e telhas para edificações industriais e comerciais. Os principais segmentos de atuação são: construção civil, câmaras frias, supermercados e salas limpas.

Desde 2009, a Dânica tem crescido a uma média de 14% ao ano, e encerrou 2014 com faturamento de R\$ 477 milhões.

A Zipco oferece soluções em coberturas metálicas para galpões de grande porte, incluindo vigas, telhas, domos, calhas, entre outros. A companhia encerrou 2014 com um faturamento de R\$ 131 milhões, um salto de 400% em relação a 2011, quando o Pátria investiu na empresa.

Setor em transformação

O mercado de construção vive um momento de transformação. Há uma migração de soluções convencionais para industrializadas.

“Da tradicional construção com alvenaria, quase artesanal, os clientes têm buscado melhoras significativas na produtividade da obra, demandando o uso de produtos industrializados e fabricados em série e sob medida”, afirma Fonseca.

A empresa tem mais de 800 funcionários e fábricas no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Santa Catarina, Chile e México.

Venda de aços planos por distribuidores no Brasil em junho cai 19,5%, diz Sindisider

22/07/2015 – Fonte: CIMM

Distribuidores de aços planos no Brasil encerraram o mês de junho com vendas 19,5 por cento abaixo do comercializado um ano antes, a 258,5 mil toneladas, informou nesta terça-feira o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Produtos Siderúrgicos.

Segundo a entidade, o estoque do insumo usado na produção de bens como veículos e máquinas e equipamentos somou 1,05 milhão de toneladas ao final do primeiro semestre, volume equivalente a 4,1 meses de vendas.

Banco dos Brics é lançado em Xangai e trabalhará com AIIB

22/07/2015 – Fonte: CIMM

Autoridades dos maiores países emergentes do mundo lançaram o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) nesta terça-feira (21), o segundo dos dois novos bancos de fomento com forte apoio de Pequim que estão sendo criados como alternativas a instituições existentes como o Banco Mundial.

Também conhecido como banco dos Brics, sua criação vem logo após o estabelecimento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês) liderado pela China. O novo banco financiará projetos de infraestrutura e desenvolvimento nos países dos Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

"Nosso objetivo não é desafiar o sistema existente, mas sim melhorar e complementar o sistema à nossa própria maneira", disse o presidente do NBD, Kundapur Vaman Kamath. Ele acrescentou que após uma reunião com o AIIB em Pequim, o NBD decidiu criar uma "linha direta" com o AIIB para discutir questões e para forjar laços mais próximos entre "novas instituições sendo criadas com uma abordagem completamente diferente".

O NBD terá um capital inicial de 50 bilhões de dólares a ser financiado igualmente pelos cinco membros que terão direitos iguais a voto. O capital será ampliado para 100 bilhões de dólares nos próximos anos.

Os membros também estabelecerão um fundo de reserva totalizando outros 100 bilhões de dólares. A China prometeu contribuir com 41 bilhões, enquanto o Brasil, a Índia e a Rússia colocarão 18 bilhões cada e a África do Sul contribuirá com 5 bilhões.

Saint-Gobain Canalização apresenta linha específica para o mercado de Mineração

22/07/2015 – Fonte: CIMM

A [Saint-Gobain Canalização](#), fabricante de sistemas em ferro fundido dúctil para transporte de fluidos, inova mais uma vez e apresenta ao mercado sua linha exclusiva de produtos para o transporte de polpa à indústria de mineração. A gama é composta de tubos e conexões em ferro fundido dúctil, nos diâmetros 200 a 1200 mm. A programação de lançamento é no segundo semestre 2015.

"O mercado de mineração é um dos mais promissores do Brasil, com potencial para dobrar a produção em 20 anos, por isso, estamos nos preparando para atender essa demanda com produtos inovadores.

Vamos disponibilizar tubos e conexões de ferro fundido dúctil para linhas de rejeito. Aprimoramos nossa tecnologia e nosso sistema de produção para oferecer nossa expertise à mineração. Todos os nossos produtos atendem às normas brasileiras e as exigências das mais importantes entidades de padronização e normatização", afirma Marcelo Machado, diretor comercial e de marketing da Saint-Gobain Canalização.

O diferencial da Saint-Gobain Canalização está nos seus produtos que são fabricados em ferro fundido dúctil, material que proporciona maior durabilidade e elasticidade aos tubos e conexões.

Entre as vantagens dos tubos de ferro fundido dúctil, destaca-se o revestimento interno, que é concebido e customizado para resistir à abrasão específica de cada tipo de aplicação, polpa ou minério.

“Nesse mercado, a tubulação deve suportar não somente as pressões de bombeamento, mas também a abrasão e os impactos de intensidades variadas e esforços cíclicos que podem levar à fadiga do produto. Se comparado às soluções utilizadas atualmente pelo mercado, nossos produtos têm vida útil superior”, explica Marcelo.

Outro diferencial dos produtos da Saint-Gobain Canalização é o baixo custo da instalação, pois a montagem é fácil e mais rápida, em comparação com outras soluções. Além disso, a empresa fornece suporte técnico permanente, desde a concepção do projeto.

“Sistemas de canalização de qualidade e resistentes são um dos maiores aliados das empresas que pretendem otimizar seus custos e produção. A Saint-Gobain é conhecida por fabricar as melhores soluções do mercado de construção civil, saneamento e agora queremos alcançar o mercado de mineração”, ressalta Marcelo.

Indústria tem queda na produção e emprego em junho

22/07/2015 – Fonte: Automotive Business



A indústria teve queda na produção e no emprego em junho. De acordo com a sondagem do setor, divulgada no dia 21 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o índice de produção continuou abaixo dos 50 pontos e registrou 40,3 no mês passado, 1,4 ponto abaixo do observado em maio. O indicador varia de 0 a 100 e valores abaixo de 50 apontam diminuição da produção ante o mês anterior.

Segundo a pesquisa, o índice para o número de empregados ficou em 40,7 pontos no mês, mantendo-se abaixo de 50 e com variação negativa de 0,7 ponto em relação a maio (dentro da margem de erro da pesquisa).

O uso da capacidade instalada, que mede o grau de ociosidade do setor, caiu mais 1 ponto em junho e marcou 65% da capacidade produtiva, o menor porcentual registrado para a série mensal, iniciada em janeiro de 2011.

Para 44,8% dos empresários entrevistados, o principal problema atualmente é a elevada carga tributária. De acordo com a CNI, o resultado sugere que as recentes medidas do governo federal para o cumprimento do ajuste fiscal e as discussões sobre o tema teriam aumentado ainda mais a preocupação com os efeitos deletérios da tributação sobre as empresas.

PESSIMISMO

Segundo a CNI, as expectativas dos empresários da indústria estão cada vez mais pessimistas. Os indicadores de expectativa também variam de 0 a 100. Os índices que representam as expectativas da demanda, de compras de matérias-primas e de empregados foram, respectivamente, de 46,6, 44,6 e 41,1 pontos em julho.

De acordo com a CNI, enquanto os dois primeiros oscilaram dentro da margem de erro entre junho e julho, o índice de expectativas de número de empregados recuou um ponto.

A exceção foi a estabilidade na expectativa de exportação: o índice alcançou 49,9 pontos em julho, aumento de 1,5 ponto em relação ao mês anterior. Segundo a CNI, esse índice próximo à linha divisória revela que há expectativa de manutenção da quantidade exportada para os próximos seis meses. A exceção pode decorrer da desvalorização do real em 2015 e da redução da volatilidade de sua taxa ante o dólar.

A intenção de investimento da indústria caiu para 41,3 pontos em julho, o menor valor desde o início da série histórica em novembro de 2013.

Volvo aposta em telemetria para seus ônibus

22/07/2015 – Fonte: Automotive Business



Expresso Nordeste teve bons resultados com tecnologia de telemetria da Volvo

A Volvo projeta expansão das vendas de ônibus com sistema equipados com seu sistema de gerenciamento de frota no Brasil. Sem detalhar números, a companhia aposta que o aumento do uso desse tipo de tecnologia é esperado como parte do processo de profissionalização dos frotistas e empresas do segmento.

“Antes as companhias de transporte precisavam apenas ter os veículos para garantir clientes e ter rentabilidade, hoje é necessário investir em eficiência”, analisa Jefferson Cunha, gerente da área de ônibus rodoviários.

Segundo ele, a busca por redução de custos e aumento da produtividade passa necessariamente pela implementação de sistemas de gestão e monitoramento dos veículos.

A solução oferecida pela Volvo chegou ao mercado brasileiro em 2012, quando foi lançada a linha de veículos com tecnologia para atender ao Proconve P7, legislação de emissões equivalente à Euro 5.

Por meio de 40 sensores e um modem instalado no chassi o sistema é capaz de mostrar dados como consumo de combustível, quilômetros rodados, número de horas que o veículo está em operação, velocidade, rotações por minuto do motor, quantidade de vezes que o motorista pisou no freio, entre outros dados. As informações são mostradas em relatório on-line que pode ser acessado de um computador conectado à internet.

O pacote vem de série em qualquer ônibus da Volvo. Cabe ao cliente, no entanto, decidir ativá-lo ou não para fazer o gerenciamento da frota. “Muitas empresas de transporte têm

veículos de diversas marcas e optam por investir em seu próprio sistema”, explica Vinicius Gaensly, responsável pela área de telemática da Volvo Bus Latin America.

Para ter acesso ao monitoramento oferecido pela montadora o cliente precisa pagar assinatura mensal. Os preços variam de R\$ 40 a R\$ 140 reais por veículo, dependendo da complexidade do relatório ao qual o cliente deseja ter acesso.

Atualmente 40% dos chassis vendidos pela marca têm o sistema ativado. A companhia evita cravar um número, mas admite que a expectativa é de que este percentual cresça de forma consistente nos próximos anos. As possibilidades, segundo a Volvo, estão tanto no segmento de ônibus urbanos quanto entre os modelos rodoviários.

RESULTADOS

Com os dados do sistema em mãos, o frotista pode desenvolver treinamentos para corrigir eventuais falhas dos motoristas e buscar mais eficiência na operação. Foi isso o que fez a Expresso Nordeste, empresa paranaense que atua no transporte rodoviário. A companhia tem frota de cerca de 300 ônibus. Deste total, 24 são da linha euro 5 da Volvo, que oferecem a possibilidade de ativar a tecnologia de gerenciamento.

A assinatura do programa para estes veículos trouxe ganhos expressivos. Em três meses a empresa alcançou redução de consumo de combustível média de 8,5%. A diminuição de custos é garantida ainda pelo alerta de manutenção de componentes.

O frotista sempre é informado, por exemplo, quando é necessário substituir as pastilhas de freio. A Volvo aponta que, ao usar as informações para orientar os motoristas sobre como dirigir de forma mais segura e econômica, seus clientes tiveram redução de 30% no número de acidentes.

FOCO NA AMÉRICA LATINA

O sistema de telemetria da Volvo está atualmente em 3,5 mil ônibus no mundo. Cerca de 40% do volume ficam na América Latina. A Colômbia é responsável pela maior parte, com 600 veículos. O Brasil concentra a segunda maior frota conectada da marca na região, com 500 unidades.

Com um mercado tão grande para o sistema, é natural que a fabricante priorize algumas necessidades locais no processo de desenvolvimento dos dispositivos de telemetria. “Cerca de 90% do sistema usado aqui têm configuração global. A outra parte atende demandas locais. Sempre que detectamos alguma necessidade dos nossos clientes, passamos para a matriz, que coloca na fila de desenvolvimento”, explica Gaensly.

Governo anuncia hoje a redução da meta de superavit primário

22/07/2015 – Fonte: Correio Braziliense

Motivo de divergência entre os ministros da Fazenda e do Planejamento, economia para pagar juros da dívida deve cair de 1,1% para perto de 0,6% do PIB. Para indicar que não está jogando a toalha, governo fará nova redução de despesas

Depois de um longo embate, o governo anuncia hoje a redução da meta de superavit primário deste ano, de 1,1% para algo próximo de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB). A medida virá acompanhada de um novo corte de despesas, que deve variar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 20 bilhões. Foi esse o consenso a que chegou a presidente Dilma Rousseff

para pôr fim ao embate entre o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

Dilma decidiu pela redução da meta depois de ser confrontada com a informação de que o governo central (União, Previdência e Banco Central) chegaria ao fim do ano com economia para pagar juros da dívida de apenas 0,15% do PIB (R\$ 9 bilhões) e, para atingir a meta de 1,1% do PIB (R\$ 66,3 bilhões), seria necessário fazer um corte muito maior no Orçamento.

Em maio, ela já havia aceitado um arrocho de quase R\$ 70 bilhões, que Levy considerou insatisfatório. Contrariado, ele não apareceu no anúncio do bloqueio de despesas. Alegou que estava com uma "forte gripe".

Levy era contra a mudança da meta agora, para sinalizar um comprometimento forte do governo com o ajuste. Para não sair derrotado da disputa com Barbosa, levou a promessa de contingenciamento de verbas, que, no entender dele, sinalizará aos investidores que a intenção de arrumação das contas públicas é para valer. Até ontem à noite, porém, havia resistência do Planejamento quanto aos cortes.

Fragilidades

A proposta do ministro da Fazenda por um novo bloqueio de verbas orçamentárias é uma resposta às críticas de economistas, que veem fragilidades no ajuste anunciado até agora, muito dependente de receitas extraordinárias. Há pelo menos 12 projetos elaborados pela equipe de Levy, que podem render quase R\$ 70 bilhões aos cofres públicos, dos quais R\$ 25 bilhões viriam da tributação de recursos enviados ilegalmente por brasileiros para o exterior.

Apesar da defesa veemente da manutenção da meta fiscal deste ano, Levy sabe que, em algum momento, o governo teria que reduzi-la, dada a forte queda real de receitas — 2,9% no primeiro semestre.

Quando anunciou o superavit de 1,1% para este ano, o ministro não tinha a ideia do nível de desaceleração da economia, que pode fechar 2015 com tombo superior a 2%. A frustração com a arrecadação foi aumentando mês a mês, um problemão para quem herdou deficit de 0,6% do PIB.

Antecipando-se à derrota, Levy surpreendeu ontem jornalistas que estavam na sala de imprensa da Fazenda para indicar que, mesmo com a redução da meta de superavit primário, o ajuste fiscal está mantido. Ele afirmou que o relatório bimestral de avaliação e receitas, a ser apresentado hoje, será mais realista.

"Podemos esperar uma avaliação lúcida e serena, com a orientação das medidas cabíveis", disse. "Estamos considerando todos os caminhos para termos uma estratégia que lide com a situação com vigor e mais realismo", completou.

Setor automotivo passa por crise 'absolutamente momentânea', diz Anfavea

22/07/2015 – Fonte: Correio Braziliense

Com as dificuldades enfrentadas pelo setor automotivo, o presidente da Anfavea, Luiz Moan, afirmou nesta terça-feira (21/7), que acredita que a recuperação do setor acontecerá no segundo trimestre do próximo ano já que a crise é "absolutamente momentânea". Para este ano, Moan acredita que o segundo semestre será melhor ou igual ao primeiro semestre de 2015.

Sobre o ajuste fiscal em curso, Moan acredita que ele será "efetivado" até agosto e que isso é um bom sinal para que as empresas possam se programar. "Definido o ajuste, as empresas conhecerão a regra do jogo e compete a nós movimentar a economia". A Anfavea conta também com o aumento das exportações e esse é um movimento positivo para o setor e para a economia.

Segundo o presidente da Anfavea, não houve cancelamento de um centavo de investimento por parte do setor. "Vamos continuar investindo sem dúvida neste país e o PPE (Programa de Proteção ao Emprego) é fundamental", ressaltou o representante do setor automotivo. De acordo com ele, o principal fator para redução do nível de confiança do trabalhador é o medo de perder emprego e, com o PPE, esse medo é reduzido.

O presidente da Anfavea afirmou que o PPE é um programa "pró-ajuste fiscal" e algumas empresas já estão adiantando com representantes dos sindicatos a adesão ao PPE, mas todas estão aguardando regulamentação.

"Temos convicção de que há excedente de pessoal", ponderou ao ser questionado sobre a quantidade de trabalhadores que estarão no programa. De acordo com cálculos realizados por Moan, o setor tem cerca de 18 mil funcionários em lay-off ou em férias coletivas.

O presidente da associação afirmou que todas as empresas do setor terão os pré-requisitos para aderir ao PPE e fez questão de ressaltar que todos os outros programas de proteção ao emprego continuarão funcionando e que as empresas estudarão a melhor alternativa a ser adotada.

Intenção de investimento de empresários cai ao menor patamar da série

22/07/2015 – Fonte: Correio Braziliense

Os empresários da indústria encerraram o primeiro semestre pessimistas em relação aos próximos meses. De acordo com a pesquisa Sondagem Industrial, divulgada nesta terça-feira (21/7), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a perspectiva é de queda na demanda, número de empregos, compra de matérias-primas e quantidade exportada para os próximos seis meses. Com isso, a intenção do empresário de investir também caiu.

A expectativa de demanda ficou em 46,6 pontos em julho, ante 46,7 no mês anterior. Para o número de empregados ficou em 41,1 pontos, recuo em relação aos 42,1 de junho. Para as compras de matérias-primas, o índice foi de 44,6 pontos, e era 44,1 pontos em junho.

Em relação à expectativa para as exportações, porém, há um aumento de 1,5 ponto, para 49,9 pontos em julho.

"Próximo à linha divisória, esse índice revela que há expectativa de manutenção da quantidade exportada para os próximos seis meses. Essa exceção pode ser decorrente da desvalorização do real em 2015 e da redução da volatilidade de sua taxa frente ao dólar", pondera nota da CNI.

A intenção de investimento da indústria caiu para 41,3 pontos em julho, menor valor da série histórica, que tem início em novembro de 2013.

As piores perspectivas estão nos setores de borracha (23,5 pontos), impressão e reprodução (26,0 pontos) e móveis (29,8 pontos). As melhores são dos setores de farmacêuticos (73,5 pontos), extração de minerais metálicos (48,8 pontos) e limpeza & perfumaria (48,6 pontos).

Confiança da indústria sobe 0,6% em julho ante junho, aponta prévia da FGV

22/07/2015 – Fonte: Correio Braziliense

O dado indica uma leve alta após o índice atingir no mês passado o menor nível de toda a série histórica

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de julho subiu 0,6% na comparação com o resultado final de junho, para 68,5 pontos, informou, nesta terça-feira (21/7), a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O dado indica uma leve alta após o índice atingir no mês passado o menor nível de toda a série histórica, iniciada em abril de 1995. Em junho, a confiança da indústria cedeu 4,9% em relação a maio.

Na comparação com julho de 2014, sem ajuste, a prévia anunciada hoje aponta recuo de 19,1% na confiança. A média histórica recente do indicador está em 98,6 pontos. "O resultado da prévia de julho foi determinado pela melhora das expectativas em relação aos meses seguintes", informou a FGV, em nota oficial.

A prévia de julho mostra que o Índice de Expectativas (IE) avançou 3,3% em julho ante o mês anterior, para 68,0 pontos, após ter atingido em junho o menor nível de toda a série. Já o Índice da Situação Atual (ISA) recuou 2,0% no período, para 69,0 pontos, o menor nível desde outubro de 1998 (67,3 pontos).

Nuci

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria atingiu 78,5% em julho, segundo a prévia da Sondagem da Indústria divulgada hoje pela FGV. O resultado, já livre de influências sazonais, é maior do que o apurado no dado final da sondagem de junho, que foi de 78,2%.

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria abrange a consulta a 781 empresas entre os dias 01 e 16 deste mês. O resultado final da pesquisa referente a julho será divulgado no próximo dia 27.

Prévia da inflação atinge 9,25% em 12 meses, maior taxa desde 2003

22/07/2015 – Fonte: A Folha de S. Paulo

O IPCA-15, considerado uma prévia da inflação oficial brasileira, subiu 9,25% no acumulado dos últimos 12 meses, o maior nível para o intervalo desde dezembro de 2003 (9,86%).

O índice veio assim em linha com o centro das estimativas de economistas consultados pela agência internacional Bloomberg, de uma alta acumulada de 9,28% no período.

Os dados foram divulgados pelo IBGE na manhã desta quarta-feira (22).

Nesse período, a inflação foi afetada primeiro por preços administrados pelo governo, como a energia elétrica e combustíveis. Depois houve o impacto dos alimentos e jogos de azar.

A energia elétrica teve um avanço de 59,38% nos últimos 12 meses até julho. Já o grupo de alimentação e bebidas teve alta de 10,03% nesse mesmo período.

Com tanta pressão, a inflação está acima do teto da meta do governo, de 6,5% ao ano — o centro da meta é de 4,5%.

O IPCA-15 tem a mesma metodologia do IPCA, índice oficial de inflação. Só que no IPCA-15 o período de coleta se encerra ao redor do dia 15 do mês.

IPCA

NO MÊS

Quando considerado apenas o mês de julho, a prévia da inflação oficial brasileira foi de 0,59%, desacelerando na comparação a junho (0,99%) deste ano.

O resultado veio em linha com as expectativas dos economistas consultados pela Bloomberg, que previam inflação de 0,61% no mês.

Por trás da desaceleração estão os preços que foram vilões da inflação nos últimos meses e que começaram a dar uma trégua, com a maior parte dos reajustes ficando para trás.

Dos nove grupos acompanhados pelo IBGE, somente habitação (1,15%) e comunicação (0,59) tiveram aceleração na passagem de junho para julho.

Entre os que desaceleraram está o grupo das despesas pessoais, que passou de 1,79% em junho para 0,83% em julho, segundo informou o IBGE nesta quarta-feira.

Dentro desse grupo estão jogos de azar. Com o reajuste da Caixa Econômica Federal, os jogos lotéricos ficaram 7,06% mais caros em julho, desacelerando frente a junho (37,77%).

ATÍPICO

Apesar da alta menor do que o mês anterior, a inflação registrada em julho é considerada relativamente alta para os padrões históricos do mês.

O índice é maior que o de julho de 2014 (0,17%) e o maior para o mês desde 2008 (0,63%).

Os alimentos têm sido o principal responsável por isso. O grupo desacelerou de junho (1,21%) para julho (0,64%). Mas, em julho de 2014, o grupo tinha apresentado deflação (queda de preço) de 0,15%.

Em julho, o grupo de alimentos deu a segunda maior contribuição para o avanço do IPCA-15, com impacto de 0,16 pontos percentuais.

Uma série de fatores explica a pressão sobre os preços dos alimentos, desde o patamar do câmbio, passando por chuvas fortes em regiões produtoras e menor oferta do produto.

O maior impacto veio do grupo habitação, de 0,18 ponto percentual. O grupo foi afetado pelo aumento da energia elétrica (1,91%), o maior impacto individual no índice no mês.

PROJEÇÃO

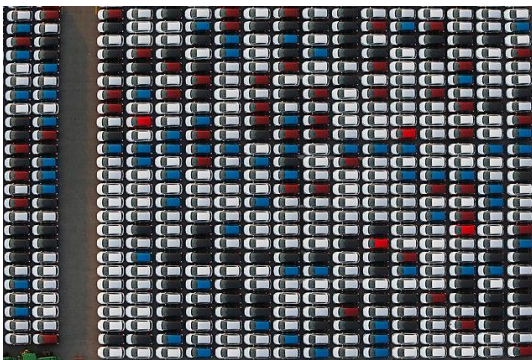
Os economistas consultados pelo boletim Focus, do Banco Central, avaliam que a inflação medida pelo IPCA vai encerrar o ano em 9,15%.

Com a passagem dos reajustes, menor ritmo da economia e aumento dos juros pelo Banco Central, a expectativa é que a inflação desacelera para 5,40% no ano que vem.

Para conter a inflação, o mercado espera que o BC eleve mais a taxa básica de juros (Selic) ao longo deste ano, para 14,50%. A Selic está atualmente em 13,75%.

Brasil negocia acordo com Peru para livre-comércio de carros

22/07/2015 – Fonte: A Folha de S. Paulo



O Brasil iniciou negociações para um acordo automotivo com o Peru e quer zerar tarifas de importação de veículos e peças até 2016. A Colômbia será o próximo alvo.

O objetivo é incrementar as exportações das montadoras e preservar empregos. O setor enfrenta uma grave crise, com alta capacidade ociosa e corte de pessoal.

As negociações está sendo feitas pelo ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, que esteve nesta terça-feira (21) no Peru e segue hoje para a Colômbia.

A iniciativa não é restrita ao setor automotivo e representa um esforço de aproximação mais amplo.

Os governos brasileiro e peruano concordaram em acelerar a redução das tarifas de importação e negociar acordos em áreas como serviços, investimentos e compras governamentais.

As empresas brasileiras estão em desvantagem no Peru e na Colômbia, por causa dos acordos de livre comércio desses países com Estados Unidos e outros.

Brasil e Peru possuem um acordo de complementação econômica, mas o fim das tarifas está previsto para 2019. O objetivo é reduzir esse prazo em alguns setores, como automotivo.

"Juntos, os mercados andinos são relevantes e existe espaço para produtos brasileiros", diz Rogelio Golfarb, vice-presidente de assuntos corporativos da Ford.

A Colômbia cobra 35% de imposto de importação sobre veículos, mas para o Brasil a taxa cai para 16,1%. A tarifa peruana é mais baixa: 6% para o mundo e 2,8% o Brasil.

No ano passado, foram vendidos 327 mil veículos na Colômbia e 127 mil no Peru. O Brasil atendeu com carros brasileiros apenas 3,6% do mercado peruano e 2,8% do colombiano.

É a hora

22/07/2015 – Fonte: A Folha de S. Paulo

Não há mais como esconder fatos desagradáveis que baixaram a um nível preocupante a harmonia entre os Poderes Executivo e o Legislativo, acompanhados do aparente comportamento do Judiciário, que é o "garante" da construção da sociedade civilizada que a Constituição de 1988 prometeu a todos os cidadãos.

O Poder Executivo fez uma conversão para melhor na política econômica. Entretanto, não foi expressamente reconhecida e explicada para a necessária correção do oportunismo eleitoral que o manteve no poder. Foi, conseqüentemente, interpretado como uma traição aos seus eleitores.

Eleito com a afirmação de que tudo estava em ordem com a promessa de que a prodigalidade (criticada por seus opositores) era correta e tinha espaço para continuar, perdeu completamente sua credibilidade quando os resultados de 2014 revelaram o desastre: queda do PIB per capita da ordem de 0,7%; dramática redução dos investimentos; inflação represada que ajudou a destruir os setores de energia e industrial; deficit em conta corrente de US\$ 105 bilhões (4,4% do PIB).

E, pior do que isso, deficit fiscal de 6,2% do PIB (contra 3,1% em 2013) e aumento de 6% na relação dívida bruta/PIB, com um resultado primário negativo de 0,6% do PIB (contra um positivo de 1,8% em 2013).

Incapaz de metabolizar sua própria herança, o Executivo perdeu a iniciativa e enviou ao Congresso um razoável "ajuste fiscal", mas não conseguiu transmitir a ideia de que ele era o primeiro passo para a "volta por cima" do crescimento.

O Legislativo, por sua vez, adquiriu um novo e mais ágil protagonismo, importante para a consolidação de sua harmoniosa relação com o Executivo, fundamental para a consolidação do processo democrático. Era de se esperar, portanto, um debate sério, profundo, honesto e com senso de urgência do projeto de "ajuste fiscal" que recebeu.

Nada disso! A gigantesca "base" quantitativa do governo apoiada no seu partido, o PT, aproveitou a dramática redução de seu suporte popular para chantageá-lo com as práticas conhecidas. Desidratou o "ajuste fiscal" que foi aprovado a "fórceps". Devolveu-o na forma de um aleijão, não sem antes infestá-lo de carrapatos.

Talvez não seja verdade, mas é difícil rejeitar a hipótese de que, diante da perda de confiança da sociedade no Executivo, somada à enorme desarrumação política do Legislativo, o Judiciário tenha cometido o pecado venial do oportunismo e, por um instante, constituiu-se no sindicato de seus ilustres membros.

Eles podem até ter alguma razão, mas, convenhamos, é preciso tirar da água quem está se afogando, não afundá-lo ainda mais.

Parece que é hora de apelar para a saída do velho dr. Ulysses: "Olha, vamos sentar e conversar"...

(Antônio Delfim Neto)

Um quarto das microindústrias atrasa prestações de financiamento

22/07/2015 – Fonte: A Folha de S. Paulo

Uma pesquisa da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) sobre dívida entre empresas de micro, pequeno e médio portes aponta que entre as microindústrias que contraíram dívidas para fazer investimentos, 25,6% estão inadimplentes.

Quanto maior a empresa, menor é o percentual de empresas que deixam de pagar as prestações do financiamento. Entre as pequenas, 19,8% estão inadimplentes. Apenas 7% das médias deixaram de fazer os pagamentos em dia e nenhuma grande empresa atrasou.

Ao mesmo tempo, quanto menor a empresa, menos ela faz esse tipo de empréstimo. Entre as microindústrias do Estado de São Paulo, 40,6% têm algum tipo de empréstimo para investimento. Entre as grandes, esse percentual sobe para 73,5%.

A Fiesp promoveu na terça (21) um encontro entre representantes de microindústrias que estão com dificuldade com seus financiamentos com representantes de bancos.

Segundo o diretor do departamento da micro, pequena e média indústria, Claudio Miquelin, os três principais gargalos das empresas são as taxas de juros, os prazos de carência e a dificuldade que os empresários têm ao tentar renegociar seus débitos.

Entre os empresários que representavam pequenas indústrias, muitos estão começando a ficar inadimplentes porque o faturamento caiu neste ano.